

COMO SEGURAR EMPRESAS E GESTORES

Os administradores correm um risco considerável pois, em caso de sinistro, podem ter que responder com o seu património pessoal



MIGUEL COSTA DUARTE
mcostaduarte@costaduarte.pt

Nos últimos tempos fez capas dos jornais os enormes prejuízos causados às empresas e seus accionistas decorrentes de erros e omissões dos gestores na condução dos negócios.

Em alguns casos, tratou-se de situações com contornos bem mais graves revestindo a forma de fraudes.

A questão que agora colocamos é saber se estes danos podem ser cobertos por seguros.

A resposta será sim e não pois tudo

depende das circunstâncias em que ocorrerem os factos. Sim, porque há apólices no mercado que permitem segurar tantos os gestores como as empresas dos prejuízos causados a terceiros por erros e omissões. Não, porque existem diversas exclusões nas apólices que limitam o seu âmbito.

Mas que tipo de apólices de seguro está a falar?

Resumidamente e de um modo muito simplificado, podemos agrupar em apólices de “Responsabilidade Civil Administradores” e de “Responsabilidade Civil Profissional das Empresas”. Cada uma destas opções procura transferir um conjunto de riscos para as seguradoras.

Que riscos correm, por exemplo, os Administradores?

Um risco considerável, pois em caso de sinistro, podem ter que responder com o seu património pessoal. Também as empresas, devem avaliar com critério os riscos que decorrem da sua actividade pois haverá certamente alguns que se justifica sejam

transferidos através dum seguro.

São apólices muito caras?

O custo destes seguros, como de quase todos, depende do risco que se pretende cobrir, dos capitais a segurar e das franquias aplicadas. É matéria que obriga a um estudo por especialistas que normalmente apresentam soluções com diferentes alternativa de custo. Seja como for, é um encargo com alguma expressão se pretender uma apólice sólida mas que em caso de sinistro dará muito conforto. Contudo, a dimensão que este tipo de sinistros pode atingir absorveria por muitos anos o custo do seguro.

Como tem evoluído a procura destes seguros?

Nos mercados mais desenvolvidos é prática corrente. Em Portugal e com o Código das Sociedades, levou um impulso mas há ainda muito a fazer. A sofisticação dos mercados e a dimensão das empresas não deixam alternativa aos gestores. É necessário e por vezes obrigatório transferir riscos.

Que recomendaria?

Antes de entrar nessa resposta convém clarificar que temos estado a falar de duas realidades e de dois tipos de seguros.

Uma está directamente ligada à responsabilidade civil pessoal dos Administradores cujos limites mínimos obrigatórios para uma caução ou contrato de seguro estão definidos no artº 396 do Código das Sociedades. Resumidamente €250.000 para as empresas cotadas ou que em dois anos consecutivos ultrapassem dois dos limites:

- Total do balanço - € 100.000.000

- Total de vendas - € 150.000.000

- Número de empregados - 150

Para as restantes sociedades o limite mínimo é de €50.000 mas podem ser dispensadas por deliberação das respectivas assembleias gerais.

São, claramente, limites muito baixos quando comparados com a dimensão das responsabilidades pessoais pelo que recomendaria o estu-

do de alternativas de seguros complementares com capitais bastante mais elevados.

Outra realidade tem a ver com a responsabilidade civil das empresas por danos causados a clientes decorrentes de erros ou omissões no desempenho da respectiva actividade. Este tipo de seguros está associado a empresas prestadoras de serviços.

Para as empresas produtoras de bens, aplicam-se conceitos semelhantes, mas existem no mercado apólices específicas de Responsabilidade Civil. Produtos que procuram cobrir os danos ao consumidor causado por defeito do produto.

Recomendaria que cada empresa e respectiva equipa de gestão avaliem a sua situação de risco e estudem as alternativas para a minimizar. Num segundo momento, encarem a transferência de risco através do seguro.

Há soluções de seguro no mercado nacional?

Temos em Portugal diversas seguradoras com respostas adequadas e corretores preparados para um aconselhamento profissional.

CERTIFICADOS DE REFORMA QUEREM RENTABILIDADE SUPERIOR A 5%

O FUNDO DOS CERTIFICADOS de reforma, assim se designam os novos PPR públicos, foi constituído no passado dia 29 de Fevereiro, com a entrada em vigor da Portaria que o regulamenta. O regime público de capitalização, de adesão individual e voluntária, agora criado como complemento às contribuições obrigatórias individuais, é de capitalização definida e capitalização real, determinando a constituição de uma conta individual para cada aderente. Todavia, para subscrever estes PPR estatais é necessário já estar abrangido por regime de protecção social de enquadramento obrigatório. Os aderentes podem optar, findo o período contributivo para o fundo, por um complemento de reforma sob a forma de renda vitalícia, pelo resgate

do capital acumulado ou ainda pela transferência deste último para plano de complemento de filhos e cônjuge.

Os trabalhadores até aos 50 anos de idade poderão descontar todos os meses, entre 2% a 4% do seu salário, tendo como referência a média dos valores que constituíram base de incidência para o cálculo das contribuições para o sistema previdencial da segurança social nos 12 meses que antecederem o 2º mês anterior à adesão. Os aderentes com 50 ou mais anos de idade, podem optar por uma taxa de 6 por cento.

As contribuições efectuadas pelos aderentes ao sistema público de capitalização serão mensalmente creditadas nas respectivas contas individuais, sendo que a adesão obriga à

obrigatoriedade de permanência no regime até ao momento da renovação, não podendo o período de permanência ser inferior a um ano.

O fundo goza das isenções fiscais concedidas ao Estado, bem como das que lhe são especialmente concedidas por lei. Os benefícios fiscais concedidos poderão ser acumulados com os benefícios associados aos PPR privados, sendo dedutíveis à colecta 20% dos valores aplicados, tendo como limite máximo 350 euros. Depois, às importâncias pagas será aplicável o regime do IRS para as rendas vitalícias (15%).

Os subscretores dos certificados de reforma são informados do extracto da sua conta individual, assim como do valor da base de incidência contributiva e do valor da contribuição

mensal a vigorar nos 12 meses seguintes por referência à taxa a que se encontrava a ser aplicada apenas uma vez anualmente.

Os certificados de reforma (as unidades de participação inteiras ou fraccionadas) têm o valor inicial de um euro.

No que respeita à composição da carteira do fundo estatal, a mesma contará com um mínimo de 50% de títulos da dívida pública (sendo, no mínimo, metade representativos da dívida pública portuguesa ou garantida pelo Estado português), um máximo de 40% em títulos de dívida privada (com a condição do rating dos emitentes não ser inferior a BBB-/Baa3), um máximo de 25% em acções, um máximo de 10% em unidades de participação em orga-

nismos de investimento colectivo ou outros veículos financeiros de investimento imobiliário ou em infraestruturas, um máximo de 10% em unidades de participação de fundos de investimento mistos e um máximo de 15% de exposição, não coberta, a moeda estrangeira com curso legal em países da EU ou da OCDE. De acordo com o Governo a rentabilidade do fundo será próxima da conseguida actualmente pelo Fundo de Estabilização Financeira, a qual rondou, nos últimos cinco anos, os 5,8%.

A entidade gestora do fundo é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, que poderá proceder à contratualização da gestão de parte da carteira com entidades do sector privado.